

PARECER Nº 11/PP/2018-P

CONCLUSÕES

I - A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99º do EOA.

II - A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

III - O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

IV – Por força do disposto no n.º 1 do artigo 99.º EOA, o Advogado, porque, no âmbito da prestação de serviços a uma empresa que já patrocinou, teve acesso a informação privilegiada sobre assuntos relacionados com questões laborais, está impedido de aceitar o patrocínio de colaboradoras/trabalhadoras dessa empresa numa queixa-crime que esta lhes instaurou, dada a possibilidade séria da existência de conexão entre as questões a tratar, com outra ou outras questões em que já representou a parte contrária.

V - Mas, ainda, que assim não fosse, sempre esta mesma situação cairia na previsão do n.º 5 do artigo 99.º do EOA, uma vez que tal informação privilegiada poderá ser usada em benefício das novas patrocinadas, o que obsta á aceitação do patrocínio pelo Advogado.

VI – De outro modo, estaria em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos da empresa, daí podendo resultar vantagens ilegítimas ou injustificadas para as novas clientes.

VII – Igualmente por força do nº 1 do artigo 99º do EOA e cumulativamente com o estatuído no seu nº 4 do artigo 99º do EOA, o Advogado não deve continuar a patrocinar uma empresa contra os sócios de outra empresa em relação à qual também prestou serviços no exercício da sua actividade, dada, igualmente, a possibilidade séria de existência de conexão entre as questões a tratar.

VIII – O acesso a informação privilegiada que tais situações proporcionam leva necessariamente ao surgimento de um conflito de interesses, devendo, por isso, o advogado, em situações desta natureza, cessar de imediato de agir por conta de todos os clientes, dado o elevado risco de violação do segredo profissional e da diminuição da independência e isenção e, ainda, da quebra de lealdade, princípios pelos quais o advogado deve sempre pautar a sua actuação.

Por expediente remetido ao Conselho Geral, reencaminhado por correio electrónico para este Conselho Regional, a Sra. Dra. (...), Advogada, titular da cédula profissional n.º (...), solicitou a emissão de parecer.

Para tanto alega o seguinte:

- Em 2010, contratou, em regime de avença, a prestação de serviços com uma empresa cujos sócios gerentes eram JM e CB;
- Em 2013 estes JM e CB constituíram uma sociedade com BC e BF;
- A Requerente passou a prestar serviços também a esta nova empresa e a empresas cujos sócios eram apenas BC e BF;
- Em 2016, JM e CB entram em conflito com BC e BF, dando origem a contendas judiciais entre cada uma das respectivas sociedades;
- A Requerente não aceita patrocinar qualquer uma das empresas por entender existir conflito de interesses;
- Apesar disso JM e CB reafirmam a confiança na Requerente, mas já BC e BF, em Janeiro de 2017, revogam o mandato e as procurações que lhe haviam conferido até àquela data;
- Entretanto, BC e BF apresentaram queixa crime contra colaboradoras da empresa de que eles eram sócios e para quem a Requerente prestou serviços;
- Essas colaboradoras pretendem que a Requerente as patrocine nessa queixa crime.
- Questiona se existe ou não conflito de interesses neste patrocínio apesar de nunca ter patrocinado a título pessoal BC e BF;
- Mais questiona se pode continuar a patrocinar a empresa de JM e CB, agora só representada por CB uma vez que JM faleceu, sendo certo que poderá ter de actuar contra BC e BF.

Tratando-se inegavelmente de questão de carácter profissional, tem este Conselho Regional competência para emitir parecer [(alínea f) do n.º 1 do artigo 54º do EOA].

Vejamos,

As questões apresentadas, conforme a própria Requerente assim as enquadra, subsumem-se ao problema do conflito de interesses, que se encontra regulado no artigo 99.º do EOA.

A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

Na maioria das situações a questão de saber se existe ou não conflito de interesses pressupõe uma análise casuística. Contudo, o legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, não porque em concreto e no imediato se verifique o conflito de interesses, mas porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

Estão nesse caso as normas contidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 99.º do EOA. Decorre destas normas que o advogado deve recusar o patrocínio:

- a) de uma questão em que já tenha tido intervenção anterior em qualquer outra qualidade;
- b) de uma questão conexa com outra em que represente ou tenha representado a parte contrária;
- c) ou duma questão contra quem, noutra causa pendente, seja por si patrocinado.

Dispõe o n.º 3 do referido artigo 99.º que o advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.

Resulta ainda do n.º 4 do citado artigo 99.º do EOA que, se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

Dispondo o n.º 5 do mesmo artigo que o advogado deve abster-se de aceitar um novo cliente se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

É à luz destes normativos que deve ser encontrada a solução para o caso em apreço.

De acordo com a descrição efectuada, são duas as questões a considerar:

a) A primeira, relacionada com a questão de saber se um advogado pode patrocinar colaboradoras da empresa que antes patrocinou em diversos assuntos relacionados com a sua actividade, no cumprimento de um contrato de avença de prestação de serviços

A este propósito parece inegável que, no decurso do seu patrocínio nos assuntos da empresa, o Advogado teve certamente acesso a informação privilegiada sobre assuntos relacionados com questões laborais (como por exemplo, elaboração de contratos de trabalho, instrução de processos disciplinares, conselhos e sugestões para observância de condições de trabalho, para garantia dos direitos e deveres dos trabalhadores, etc.), entre outras, que poderá usar em benefício daquelas colaboradoras que agora demandam o seu patrocínio. Esse aproveitamento de informação obtida por essa via, tem a potencialidade de pôr em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos da empresa, podendo do conhecimento desses assuntos resultar vantagens ilegítimas ou injustificadas para as novas clientes.

Pelo que esta situação, cai, desde logo, na previsão do nº 1 do citado preceito legal, dada a possibilidade séria da existência de conexão entre as questões a tratar, com outra ou outras questões em que já representou a parte contrária.

Pelo que, em tais circunstâncias, o advogado deva abster-se de aceitar o patrocínio do novo cliente.

Mas, ainda, que assim não fosse, sempre esta mesma situação cairia na previsão do n.º 5 do artigo 99.º do EOA acima referido, que estabelece que o advogado deve abster-se de aceitar um novo cliente se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente.

b) A segunda questão prende-se em saber se poderá o Advogado continuar a patrocinar uma empresa contra os sócios de outra empresa em relação à qual também prestou serviços no exercício da sua actividade.

Neste caso, parece-nos igualmente ser inequívoco, a potencial conexão entre as questões a tratar, pois que, o Advogado, mais uma vez, terá tido em ambos os patrocínios acesso a informação privilegiada relativamente a cada uma das empresas, assim como em relação a cada um dos sócios. Aliás, diz-nos a experiência que não é possível tratar das questões da empresa desassociadas da situação pessoal dos sócios. Alturas existem em que não é possível resolver

aquelas sem cuidar desta, tratando-se os respectivos interesses de forma independente mas convergente, para que não colidam.

Ora o conhecimento profundo das duas realidades, isto é, das empresas e dos respectivos sócios, leva necessariamente ao preenchimento do requisito da conexão previsto no indicado nº 1 do artigo 99º do EOA, entre a questão a tratar e as questões já tratadas anteriormente.

Cumulativamente, tal conexão imbrica com o surgimento do conflito por força do estatuído no nº 4 do citado artigo 99.º do EOA, devendo, por isso, o advogado, também em situações desta natureza cessar de imediato de agir por conta de todos os clientes, pois, mais uma vez há o risco sério de violação do segredo profissional e da diminuição da independência e isenção e da quebra de lealdade, princípios pelos quais o advogado deve sempre pautar a sua actuação.

CONCLUSÕES

I - A questão do conflito de interesses, no que ao exercício da Advocacia diz respeito, encontra-se regulada no artigo 99º do EOA.

II - A referida norma funda-se em razões de preservação dos valores da lealdade, isenção, independência, confiança e mesmo decoro, fundamentais no exercício da advocacia, tendo ainda como fundamento o risco de quebra do segredo profissional.

III - O legislador concretizou algumas situações em que o dever de recusa do patrocínio é imposto, porque, objectivamente, tais situações se apresentam como potenciadoras desse conflito.

IV – Por força do disposto no n.º 1 do artigo 99.º EOA, o Advogado, porque, no âmbito da prestação de serviços a uma empresa que já patrocinou, teve acesso a informação privilegiada sobre assuntos relacionados com questões laborais, está impedido de aceitar o patrocínio de colaboradoras/trabalhadoras dessa empresa numa queixa-crime que esta lhes instaurou, dada a possibilidade séria da existência de conexão entre as questões a tratar, com outra ou outras questões em que já representou a parte contrária.

V - Mas, ainda, que assim não fosse, sempre esta mesma situação cairia na previsão do n.º 5 do artigo 99.º do EOA, uma vez que tal informação privilegiada poderá ser

usada em benefício das novas patrocinadas, o que obsta á aceitação do patrocínio pelo Advogado.

VI – De outro modo, estaria em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos da empresa, daí podendo resultar vantagens ilegítimas ou injustificadas para as novas clientes.

VII – Igualmente por força do nº 1 do artigo 99º do EOA e cumulativamente com o estatuído no seu nº 4 do artigo 99º do EOA, o Advogado não deve continuar a patrocinar uma empresa contra os sócios de outra empresa em relação à qual também prestou serviços no exercício da sua actividade, dada, igualmente, a possibilidade séria de existência de conexão entre as questões a tratar.

VIII – O acesso a informação privilegiada que tais situações proporcionam leva necessariamente ao surgimento de um conflito de interesses, devendo, por isso, o advogado, em situações desta natureza, cessar de imediato de agir por conta de todos os clientes, dado o elevado risco de violação do segredo profissional e da diminuição da independência e isenção e, ainda, da quebra de lealdade, princípios pelos quais o advogado deve sempre pautar a sua actuação.

Este é, s.m.o, o meu parecer.

Porto, 18 de Maio de 2018

O Relator,

Maria José Rego